Encontro de Resseguro debate instrumentos para reduzir impactos das mudanças climáticas

O que cabe a cada player fazer na transição climática

A segunda plenária (“Mudanças Climáticas e o Papel do Resseguro”), do Encontro de Resseguros do Rio de Janeiro, avaliou instrumentos para mitigar danos e ampliar a resiliência climática, por meio de produtos ofertados pelas seguradoras e resseguradoras. Esse debate sobre adaptação climática e proteção financeira passa, inevitavelmente, por uma articulação mais ampla entre mercado segurador, ressegurador, mercado de capitais e governo. Diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, moderou os debates sobre caminhos para estruturar, de forma mais rápida e coordenada, instrumentos financeiros que envolvam também bancos multilaterais e instituições de desenvolvimento.

O secretário Nacional de Mudança do Clima, Aloísio Lopes, afirmou que a integração entre o setor de seguros, resseguros, instituições financeiras e o governo é essencial para fortalecer a capacidade da economia de lidar com riscos climáticos crescentes. Nesse contexto, o resseguro exerce um papel estratégico como estabilizador, contribuindo para reduzir a exposição a perdas e aliviar pressões fiscais sobre o Estado.

Aloisio destaca que o principal desafio atual está em um ambiente de maior incerteza climática, no qual é fundamental definir, de forma convergente, o que caracteriza uma boa medida de adaptação e resiliência. Para ele, alinhar padrões entre políticas públicas, regulação e mercado é decisivo para viabilizar riscos seguráveis a custos acessíveis.

Ele também ressalta os avanços do Plano Clima, com a construção de uma agenda estruturada de adaptação envolvendo diversos setores, além da ampliação de instrumentos de financiamento, como o Fundo Clima. Apesar disso, reforça que ainda há um longo caminho para consolidar critérios claros, integrar esforços e direcionar investimentos que fortaleçam a resiliência de ativos, infraestrutura e cadeias produtivas no país.

No caso do agro, como ampliar sua proteção?

Segundo Glaucio Toyama, diretor de Agro do IRB (Re), o avanço do seguro rural no Brasil passa por três pilares fundamentais. O primeiro é a recente aprovação, pelo Congresso, de um projeto de lei que moderniza o setor, ao tratar da subvenção ao prêmio do seguro, do crédito rural incentivado e da proteção contra perdas catastróficas. A iniciativa busca fortalecer o mercado no curto prazo, resultado de um esforço conjunto entre diferentes atores públicos e privados que reconhecem a importância estratégica do seguro para o desenvolvimento do agronegócio.

Toyama ressalta ainda a necessidade de ampliar a cultura de seguros no país, especialmente em um setor que movimenta mais de R$ 1,3 trilhão por ano e exige elevado investimento. Diante da limitação dos recursos públicos, ele destaca que a participação da iniciativa privada é essencial, tanto na oferta de crédito quanto na construção de uma agenda voltada à resiliência climática e à sustentabilidade. Nesse sentido, reforça a responsabilidade compartilhada entre todos os elos da cadeia produtiva.

Por fim, o executivo enfatiza que o uso de dados de qualidade é decisivo para o futuro do setor. O investimento em pesquisa, desenvolvimento e inteligência de mercado permite compreender melhor os riscos e diferenciar perfis de produtores, tornando o seguro mais eficiente. Iniciativas como a criação de centros de estudos e publicações especializadas são apontadas como caminhos para consolidar uma base de dados robusta e aprofundar o conhecimento sobre riscos no Brasil.

O que diz o olhar do Cemaden?

Segundo José Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden e consultor da OMM, os desastres climáticos que têm afetado o Brasil não podem ser explicados apenas pelos eventos extremos da natureza. Para ele, embora o clima tenha papel relevante, os impactos são amplificados pela falta de planejamento urbano, pela ocupação inadequada do solo e pela ausência de políticas públicas eficazes de prevenção.

Marengo destaca que a recorrência de tragédias, como enchentes e incêndios, revela uma fragilidade estrutural: muitas regiões são reconstruídas sem mudanças, permanecendo expostas aos mesmos riscos. Além disso, ele chama atenção para a carência de uma cultura de prevenção na sociedade, evidenciada pela baixa percepção de risco e pela resistência da população em seguir orientações de evacuação.

O especialista reforça que a prevenção precisa se tornar uma política de Estado, combinando educação, planejamento territorial, sistemas de alerta eficientes e mecanismos de proteção, como seguros. Sem essas medidas integradas, o país continuará enfrentando perdas humanas e materiais que poderiam ser, em grande parte, evitadas.

Avanços no arcabouço das finanças sustentáveis

Segundo Lucca Rizzo, líder Especialista Sênior em Finanças Climáticas do iCS, o Brasil avançou de forma significativa, nos últimos anos, na construção de um arcabouço robusto de finanças sustentáveis, com a criação de instrumentos e iniciativas voltadas à mobilização de recursos para a agenda climática. No entanto, o desafio agora é evoluir para uma nova etapa, focada na implementação prática desses mecanismos, especialmente no desenvolvimento de instrumentos financeiros capazes de reduzir riscos e alavancar investimentos, como seguros paramétricos e estruturas de garantias.

Rizzo destaca que plataformas como o Blended Finance e iniciativas públicas podem desempenhar papel decisivo ao atrair capital privado, multiplicando o impacto dos recursos públicos na reconstrução e adaptação climática. Ele também ressalta a importância de avançar na integração e no uso estratégico de dados, combinando informações públicas e privadas para criar plataformas mais granulares e eficazes na gestão de riscos.

Ele enfatiza ainda a necessidade de desenvolver instrumentos específicos para municípios, que são os primeiros a responder aos eventos climáticos, mas enfrentam limitações orçamentárias. Para ele, fortalecer a capacidade local, ampliar o acesso a dados e criar soluções de seguro e financiamento adaptadas às cidades são passos essenciais para reduzir a vulnerabilidade e construir um país mais resiliente e preparado para os desafios climáticos.

Conversa Segura T4#20 | Cooperativismo, agronegócio e Seguro Rural: como ampliar a proteção no campo

Gravado durante a COP30, em Belém, este episódio do Conversa Segura, do canal SeguroPod, reúne duas lideranças, uma do cooperativismo e outra do mercado segurador, para discutir um tema decisivo para o futuro do agronegócio brasileiro: a expansão da cultura do Seguro Rural e o papel das cooperativas para o produtor.

A jornalista Leila Sterenberg conversa com Tânia Zanella, superintendente do Sistema OCB, e Roberto Santos, presidente do Conselho Diretor da CNseg e membro do conselho de administração da Porto.
O episódio apresenta uma análise aprofundada sobre as conexões entre cooperativismo, Seguro Rural, crédito agrícola, mudanças climáticas e desenvolvimento econômico, mostrando como a proteção securitária se tornou estratégica para a sustentabilidade do agro brasileiro.
Entre os principais temas abordados estão:

? O peso do agronegócio na economia brasileira e a relevância das cooperativas na produção de

alimentos.
? O protagonismo da agricultura familiar dentro do cooperativismo agropecuário.
? O enorme gap de proteção securitária no Brasil e os desafios para ampliar a cobertura no campo.
? A necessidade de modernização da política pública de Seguro Rural e os debates sobre um novo marco regulatório para o setor.
? O impacto crescente dos eventos climáticos extremos (especialmente as secas) sobre a produção agrícola.
? O papel do Estado, dos subsídios e das parcerias público-privadas para fortalecer a resiliência do agro.
? A entrada das cooperativas no modelo securitário brasileiro e o potencial de expansão da cultura do seguro no país.
? O avanço da inteligência artificial na subscrição de riscos, na precificação e no desenvolvimento de novos produtos para o agro.
? A transformação das seguradoras em plataformas de serviços e assistência, indo além da simples indenização financeira.
Ao longo da conversa, os convidados também explicam como o cooperativismo ajuda pequenos e médios produtores a ganhar escala, acessar crédito, industrializar a produção e agregar valor aos produtos agrícolas brasileiros.

O episódio traz ainda reflexões importantes sobre:
? Seguro rural e mudanças climáticas.
? Cooperativismo como instrumento de desenvolvimento regional.
? Agricultura familiar e segurança alimentar.
? Proteção patrimonial, crédito rural e gestão de riscos.
? Mutualismo, cultura securitária e inclusão financeira.
? O futuro do agro brasileiro diante dos desafios climáticos.
Com dados, experiências práticas e análises estratégicas, a conversa mostra por que ampliar a proteção securitária no campo será fundamental para garantir competitividade, estabilidade econômica e segurança alimentar nos próximos anos.

? Um episódio essencial para profissionais do agronegócio, cooperativismo, seguros, finanças, sustentabilidade, políticas públicas e gestão de riscos.

YouTube - Spotify

Fonte: CNseg, em 19.05.2026